

# EDUCAÇÃO POPULAR: EXPERIÊNCIAS DE RÁDIO-EDUCAÇÃO NO BRASIL, DE 1922 A 1960

Valéria Márcia Mendonça \*

## Resumo

Ao tomar como base a educação popular, especificamente aquela alternativa à escola, pretende-se, com este trabalho, apresentar experiências de radiodifusão educativa, buscando ressaltar a importância desse meio de comunicação na história da educação brasileira, no período entre 1922 e o final dos anos 1960 – respectivamente, os primórdios da radiodifusão brasileira e o momento em que os programas de educação via rádio começam a perder espaço para outro meio de comunicação: a televisão educativa. A intenção, ao fazer esse recorte, é destacar o interesse de iniciativas oficiais e também particulares em fazer uso da radiodifusão como meio facilitador da disseminação do ensino e aprendizagem, com a intenção de levar educação à maioria da população brasileira.

**Palavras-chaves:** Educação; História; Educação popular; Educação radiofônica; Mídia-Educação; Rádio educativo; Educação a distância; Produção radiofônica.

## INTRODUÇÃO

A idéia de educação popular, no sentido da educação para todos, ampliada para as camadas subalternas da população, surge com os ideais liberais do século XVIII, que, por sua vez, se fundamenta como “*resultado da crise social que ocorreu na Europa a partir do século XVII, em decorrência do ciclo de revoluções sociais iniciado com a Revolução Inglesa e seguido pela Revolução das Treze Colônias e pela Revolução Francesa*” (ACANDA, 2006)<sup>1</sup>. No Brasil, no período imperial, já se tinha notícia da intenção de promoção do ensino público. A Constituição outorgada em 1824, que regeu o Brasil até o fim da monarquia, trazia em um de seus artigos, como obrigação do

Estado, oferecer a toda a população a educação primária. Essa que era a primeira constituição brasileira combinava idéias de constituições como a francesa de 1791 e a espanhola de 1812, e foi considerada, para os padrões da época, “*muito liberal*” (CARVALHO, 2002)<sup>2</sup>. Levando-se em consideração que cada período histórico encerra características socioculturais próprias e motivações político-econômicas diversas, de certa forma até hoje ainda se tenta, particularmente nos países periféricos, levar adiante o ideal disseminado pela revolução francesa, de 1789, de educação para todos, independentemente de sexo, religião, raça, nascimento ou situação social. Nesse sentido, adjetivar a educação – com termos como *popular, de jovens e adultos, para a cidadania* – em última instância, significa lançar mão de alternativas que dêem conta dos limites da universalização do ensino escolar, das políticas de educação oficiais<sup>3</sup>.

Interessa-nos aqui observar mais de perto as experiências de radiodifusão educativa, como um dos aspectos da educação popular alternativa à escola,

considerando, especialmente, o desdobramento dos significados do conceito, forjado na própria prática desta forma de educação. Por esse motivo, talvez seja difícil encontrar uma resposta imediatamente satisfatória para a pergunta: o que é educação popular? Carlos Henrique Brandão, antropólogo, professor, pesquisador, militante do movimento de cultura popular e educação popular dos anos 60, responde, dizendo se tratar de “*uma modalidade de trabalho pedagógico cujas aparentes contradições desafiam qualquer tipo de explicação*”. E continua:

Resistente a deixar-se sequer definir (...), a necessidade de compreendê-la obriga os que transitam entre o seu ofício e sua teoria, a difíceis exercícios de conceitualização. (...) Em primeiro lugar, a vocação generalizada de uma capacidade de sobreviver e, depois de reinventar-se uma vez e muitas, não raro sob condições políticas adversas. (...) eis um tipo de educação que se defende de operar sobre idéias propostas, métodos e práticas únicos e, se possível, consagrados, cuja generalização sugerisse o uso de experiências iguais para contextos diferentes (BRANDÃO, 1987)<sup>4</sup>.

\* *Comunicadora Social, com atuação em projetos de educação popular via produção radiofônica; mestranda em Educação pela da UFF – Universidade Federal Fluminense. Técnica do Senac Nacional co-responsável pela produção da série Sintonia Sesc-Senac, vinculada ao Programa de Educação Aberta via Rádio, do Centro de Educação a Distância – CEAD. E-mail: valmend@gmail.com. Recebido para publicação em: 05/03/07.*

De acordo com Brandão, existem formas adaptáveis de educação e que o adjetivo *popular* lhe confere a idéia de resistência a uma educação hierarquizada e excludente.

Os estudos sobre o tema apontam um momento de renovação na história da educação no Brasil, especialmente no período compreendido entre os anos 1950 e 1960, em que termos tradicionais como *cultura* e *educação* se juntaram ao adjetivo *popular*, formularam novos conceitos e inovaram práticas pedagógicas, “*descaradamente políti-*

cas”, que desde lá se acostumou a chamar “*libertação popular*” (BRANDÃO, 1987)<sup>5</sup>. Por conseguinte, o termo *educação popular*, segundo Brandão, só apareceu mais tarde para definir as diferentes experiências educacionais surgidas do movimento de *cultura popular* das décadas de 1950-60 (BRANDÃO, 2002)<sup>6</sup>. Entretanto, após o término do governo militar, com a abertura política no início dos anos 1980, a possibilidade de retomada das práticas dos movimentos populares de educação,

nos moldes dos ocorridos nos anos 1960, favoreceu a discussão sobre o sentido da educação popular e sua validade como processo educativo. Apesar das práticas de educação popular terem trazido inovações educativas, que aos poucos foram sendo sistematizadas e difundidas (WANDERLEY, 1987)<sup>7</sup> – e, em alguma medida, também incorporadas às ações pedagógicas do ensino escolar –, a universalização da educação no Brasil continuava dependendo da adjetivação *popular*, principalmente para garantir a

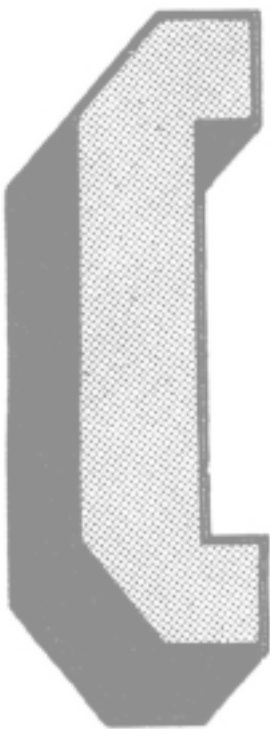
Se considerarmos – ao longo das décadas – as modificações ocorridas na composição das forças que integram o bloco do poder, podemos colocar como programa a luta por aqueles objetivos, do mesmo modo que nos podemos permitir resgatar as experiências que foram possíveis no período populista, reavaliando os programas que – como o MCP de Pernambuco ou a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, no Rio Grande do Norte – estiveram vinculados ao Estado no período anterior à queda do governo Goulart e que se dedicaram de forma abrangente à educação popular, atendendo simultaneamente a crianças, adolescentes e adultos. (PAIVA, 1986.)<sup>9</sup>

A partir daí, nos interessa mostrar como o rádio, no Brasil, teve um papel importante na história da educação popular. Tanto da educação “*descaradamente política*”, nos dizeres de Brandão, que deu um novo sentido à educação da maioria da população excluída do acesso ao ensino escolar, quanto das diretrizes e campanhas de educação oficiais para alfabetização tardia das populações jovem e adulta. Dentre os instrumentos pedagógicos utilizados para esse intento, o rádio foi o meio sobre o qual se embasaram algumas das principais iniciativas de educação popular – estatais e particulares. Nesse sentido, as técnicas próprias da radiocomunicação têm apoiado os processos de educação popular desde os anos 1920.

## A RADIODIFUSÃO EDUCATIVA NO BRASIL

### 1. O invento

O rádio faz parte das tecnologias do mundo moderno, que provocaram mudanças consideráveis no cotidiano das pessoas, em todo mundo, principalmente a partir do advento da luz elétrica, no século XIX. A radiocomunicação é um invento de 1896, atribuído a Guilherme Marconi, depois de ele se haver debruçado sobre os grandes inventos dos cientistas que o precederam. Parece-nos relevante citá-los, por campo de atuação, para que se possa dimensionar a importância do invento para a época.



*a universalização da  
educação no Brasil  
continuava dependendo  
da adjetivação popular,  
principalmente para  
garantir a extensão da  
educação aos adultos e  
adolescentes que não  
tiveram acesso à escola.*



extensão da educação aos adultos e adolescentes que não tiveram acesso à escola. Vanilda Paiva, dentre os estudiosos da educação popular e da retomada do tema nos anos 80, observa essa modalidade de educação pelo lado do Estado. Para a autora, não se deve perder de vista o papel do “*Estado como instituição que é palco de uma luta cujos resultados são importantes para a classe trabalhadora*”<sup>8</sup>. E lembra, ao valorizar a luta pela universalização do ensino público fundamental e pela extensão da escolaridade obrigatória:

Grandes cientistas como Ampère (eletrodinâmica), Faraday (correntes de indução), Morse (telégrafo elétrico), Oersted (eletromagnetismo), Fessenden (oscilações elétricas), Maxwell (teoria eletromagnética), Graham Bell (telefone), Hugues (microfone de carvão), Edison (lâmpada elétrica) e sobretudo Hertz (ondas herztianas), prepararam o campo para o aparecimento da radiocomunicação. (HORTA, 1972)<sup>10</sup>

Embora a descoberta da radiocomunicação fosse considerada natural para os cientistas, o fato de Marconi haver conseguido transmitir uma mensagem através do espaço, sem fio, usando as ondas elétricas, “gerou uma enorme admiração na população”<sup>11</sup>. Contudo, segundo citação atribuída a Saint-Clair Lopes, a radiodifusão como sendo “uma transmissão destinada a uma multidão de ouvintes, para os quais um programa regular, previsto e anunciado com antecedência, é preparado e transmitido por outros”<sup>12</sup>, só vai acontecer, pela primeira vez na Holanda, em 1919. Porém, a “regularidade nas transmissões e o sucesso de algumas de suas irradiações” é o que faz a emissora de prefixo KDKA, da Pensilvânia (USA), em 1920, ser considerada a primeira estação de radiodifusão do mundo<sup>13</sup>.

No Brasil, a primeira transmissão por ondas radioelétricas aconteceu no dia 7 de setembro de 1922, em comemoração ao centenário da Proclamação da República. Um pequeno transmissor foi montado no alto do Corcovado para transmitir o discurso do presidente Epitácio Pessoa, ouvido na circunscrição da exposição comemorativa do Centenário da República.

## 2. A vocação educativa do rádio

Para Silvério Horta, “a história do rádio educativo se confunde com a história da radiodifusão brasileira” (HORTA, 1972)<sup>14</sup>, uma vez que a primeira estação de radiodifusão do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, nasce dentro da Academia de Ciências da Escola Politécnica do Distrito Federal, fundada pelos professores Edgard Roquette Pinto e Henrique Morize, em 20 de abril de 1923. O terceiro capítulo dos estatutos da Rádio Sociedade descrevia os objetivos educativos da

emissora da seguinte forma: “A Rádio sociedade, fundada para fins exclusivamente científicos, técnicos, artísticos e de pura educação popular, não se envolverá jamais em nenhum assunto de natureza profissional, industrial ou política”<sup>15</sup>. E a Rádio Sociedade cumpriu até o fim, em 1936, quando foi cedida para o Ministério da Educação, seu objetivo de “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria...”<sup>16</sup>, trabalhando “pela cultura dos que vivem em nossa



*O rádio, por sua vez, é um meio que utiliza apenas um canal simples de comunicação: o auditivo, considerado, portanto, como um veículo de ensino de “terceira geração”, porque depende da intermediação de uma “máquina” para facilitar o processo humano de ver e ouvir.*



terra, pelo progresso do Brasil”<sup>17</sup>. Muito embora, nesse período idealista da radiodifusão, a programação educativa da Rádio Sociedade se caracterizasse por seu elitismo e estivesse, prioritariamente, a serviço do desenvolvimento da nação, de forma que a tecnologia posta a serviço da ciência pudesse propiciar o acesso de toda a população aos novos inventos. Porém, sem levar em conta, nesse primeiro momento, a recepção dos programas, um

item de grande relevância – senão o mais importante – dentre os que definem as características da modalidade educativa que utiliza o rádio como meio de ensino.

## 3. O ensino nas ondas do rádio

Qualquer que seja “o modelo teórico de comunicação, o ‘meio’ vai aparecer como elemento essencial” (IPEA/IPLAN, 1976)<sup>18</sup>. Para fundamentar o papel do “rádio como meio de comunicação e ensino”, a publicação do Ipea indica os elementos do modelo comunicacional de Gerbner<sup>19</sup>, que pro-



põe a organização da informação com relação à transmissão (o ensino), e com relação à recepção (a aprendizagem), “daquilo que é intercomunicado, podendo utilizar canais simples ou canais múltiplos de comunicação”<sup>20</sup>. O rádio, por sua vez, é um meio que utiliza apenas um canal simples de comunicação: o auditivo, considerado, portanto, como um veículo de ensino de “terceira geração”, porque depende da intermediação de uma “máquina” para facilitar o processo humano de ver e ouvir. Nesta linha também são conside-

● ● ●

*o uso do rádio como veículo educativo foi sendo revisto com o objetivo de corrigir algumas falhas, dentre as quais destacamos como mais importante a falta de conhecimento da comunicação educacional e do meio que estavam utilizando.*

---

rados veículos de ensino a fotografia, os slides, os datashows, as gravações, o cinema e a televisão<sup>21</sup>. Em seu artigo, Silvério, define a funcionalidade do rádio como veículo de ensino:

(...) em um sentido mais restrito, (...) o rádio funciona como veículo de ensino quando se encontra integrado em uma ação sistemática, progressiva e coordenada, sendo esta ação pedagógica e capaz de conduzir, em um determinado espaço de tempo, à aquisição parcial ou total de um conjunto de conhecimentos e atitudes. Esta aquisição deve ser intentada, e, se possível, avaliada. (HORTA, 1972)<sup>22</sup>

Uma vez descritas as possibilidades do rádio como veículo de ensino, Silvério relaciona, baseando-se em Henri Dieuzeide<sup>23</sup>, os tipos de programas radioeducativos de acordo com o “volume de sua intervenção pedagógica”<sup>24</sup>. E mais adiante, com base nos estudos da pro-

fessora Alfredina de Paiva e Souza, apresenta os “elementos básicos que devem ser considerados em uma programação radioeducativa”<sup>25</sup>, tais como a *audiência*, que na radiodifusão educativa “deve se inserir nos interesses e vivências daqueles aos quais pretende atingir, falando a sua linguagem”<sup>26</sup>; o *conteúdo*, que depende do “objetivo em vista e da audiência a ser atingida”<sup>27</sup> e a *forma* de construir o programa; a *transmissão* capaz de atingir as pessoas para as quais o programa foi preparado; a *recepção*, “fundamental para o êxito de um programa radioeducativo”<sup>28</sup>, podendo a recepção ser *individual* – “o aluno, isoladamente recebe as aulas transmitidas”<sup>29</sup> – ou *organizada*, quando os “alunos reunidos com um monitor, instrutor ou professor, recebem a mensagem educativa”<sup>30</sup>; o *material de apoio* ou acompanhamento, imprescindível, e cuja eficácia depende de uma distribuição organizada, do seu uso oportuno e constante, sua facilidade de manuseio e da redação em linguagem acessível e coloquial<sup>31</sup>; e, por fim, a *avaliação*, que para ser eficiente tem de estar ancorada na definição clara dos objetivos que se quer atingir, e deve estar presente em todas as fases do projeto<sup>32</sup>.

Por sua atualidade, interessou-nos reproduzir essa sistematização dos elementos essenciais para a composição de uma programação radioeducativa. Ainda hoje, essa estrutura pode ser reconhecida na base dos projetos de educação via rádio, que continuam buscando sua eficiência pedagógica ao levar em conta o público/audiência; a adequação da linguagem e a

escolha do conteúdo; o formato mais apropriado; os horários de transmissão; a forma de recepção – t a m b é m nas propostas de e d u c a ç ã o aberta; o material de apoio; a avaliação. Porém é importante ressaltar que, ao

longo dos tempos, o uso do rádio como veículo educativo foi sendo revisto com o objetivo de corrigir algumas falhas, dentre as quais destacamos como mais importante a falta de conhecimento da comunicação educacional e do meio que estavam utilizando (FONTECILLA, 1983)<sup>33</sup>. Mais adiante, voltaremos a tratar desta questão.

#### 4. Contexto histórico

A efervescência dos acontecimentos políticos e culturais da década de 1920 anunciava as mudanças na conjuntura social brasileira que acabariam pondo um fim à Primeira República. É conveniente lembrar que havia, nesse período, um descontentamento generalizado no país com o governo e as velhas fórmulas políticas monarquistas de manutenção do poder das oligarquias regionais, característicos da Primeira República, alimentando uma certa “fermentação oposicionista”. Depois dos operários, foram os militares que começaram a agitar-se. Em 1922, houve uma revolta de jovens oficiais no Rio de Janeiro” (CARVALHO, 2002)<sup>34</sup>, favorecendo o nascimento da lendária “Coluna Prestes”, formada por militares rebeldes, contrários ao regime, que atravessaram o país perseguidos pelos soldados “legalistas” (1924 a 1927). Outra manifestação oposicionista veio do campo cultural e intelectual, com a Semana de Arte Moderna de 1922, pedindo

por reformas. Da área de educação, que nos interessa mais de perto, vieram as propostas de reformas, influenciadas pelo filósofo norte-americano, um dos fundadores do pragmatismo, John Dewey, inspirador dos defensores da Escola Nova, entre



os quais Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho. Tais propostas de reforma na educação “*tinham um lado de pura adaptação do ensino ao mundo industrial, que se tornava cada vez mais dominador. O ensino devia ser mais técnico e menos acadêmico*”<sup>35</sup>. Mas, por outro lado, apresentava-se também a tendência democrática desses reformistas que “*apontavam a educação elementar como um direito de todos e como parte essencial de uma sociedade industrial e igualitária. Num país de analfabetos, tal pregação apontava para um problema central na formação dos cidadãos*”<sup>36</sup>.

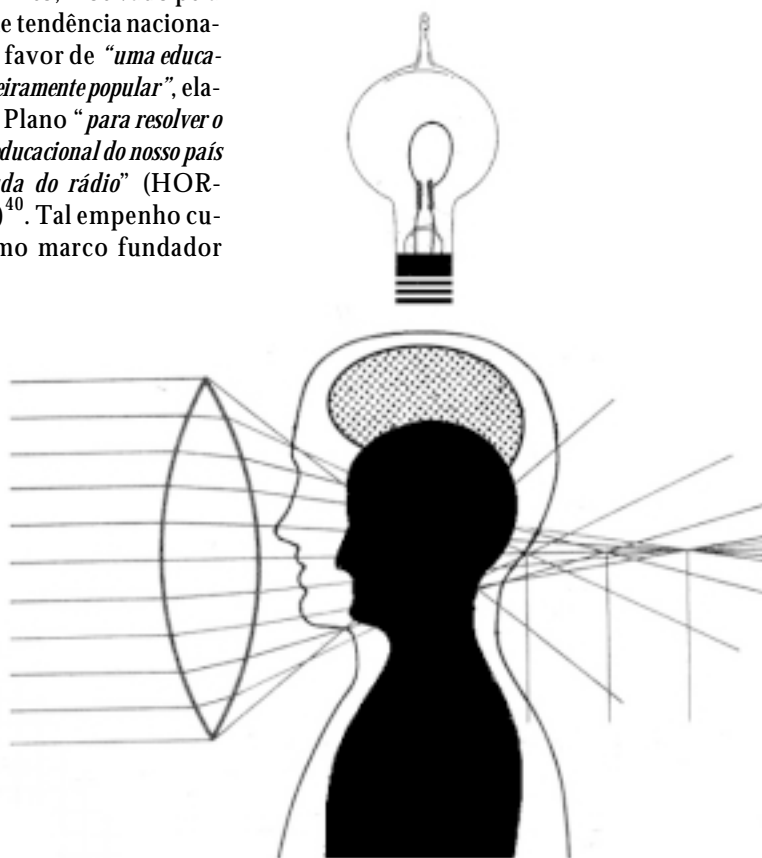
A década terminou com a ascensão da Aliança Liberal, partido de oposição formado na maioria pelos reformistas, que se tornou símbolo de renovação e desenvolvimento, liderado por Getúlio Vargas, candidato opositorista à presidência da República.

“A Revolução de 30 marca o início de uma etapa decisiva na reformulação da atuação do poder público no Brasil – e uma das características básicas deste processo aparece na tendência à centralização da vida política e administrativa do país” (BEISIEGEL, 2004)<sup>37</sup>. Com isso, os problemas políticos, econômicos e sociais deixam as esferas regionais e, mesmo nos casos considerados de responsabilidade das esferas estaduais de poder, como era o caso da educação popular, passam a ser “definidos como problemas nacionais”<sup>38</sup>.

Paralelamente, ao longo daqueles anos 1920, com a disseminação das emissoras de rádio pelo país e o encantamento popular com a “caixa de música sem fio”, a radiodifusão tornava-se um instrumento poderoso de comunicação, principalmente, para diminuir as distâncias em um país continental como o Brasil, possibilitando centralizar as soluções dos problemas políticos, econômicos e sociais do período, buscando “*diminuir o poder das oligarquias regionais, como queriam os reformistas*” (CARVALHO.2002)<sup>39</sup>.

Esta era a conjuntura na primeira década do rádio brasileiro, 1922 a 1930, quando idealistas abnegados, liderados por Roquette Pinto, introduzindo o rádio no país, “*vislumbraram de imediato o seu alto valor educativo*”. A ponto de

Roquette Pinto, motivado pela insurgente tendência nacionalista e em favor de “*uma educação verdadeiramente popular*”, elaborar um Plano “*para resolver o problema educacional do nosso país com a ajuda do rádio*” (HORTA.1972)<sup>40</sup>. Tal empenho cunhou como marco fundador



da educação a distância no Brasil, citado pelos estudiosos dessa modalidade de ensino, os cursos de educação de jovens e adultos da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de 1923 a 1925<sup>41</sup>.

Portanto, já que propiciar educação a todos era uma das metas reformista para tirar o país do atraso, num primeiro momento, o uso da radiodifusão como instrumento de ensino da maioria da população analfabeta parecia aos educadores e formuladores de políticas públicas do período a solução mais adequada, pois, a custos baixos, se poderia atingir centenas de pessoas ao mesmo tempo, ainda que estivessem a quilômetros de distância umas das outras.

Nesse período, havia uma variedade de propostas educativas na programação da Rádio Sociedade, coordenadas pelo fundador da emissora, o professor Roquette Pinto:

Os cursos incluíam Literatura Francesa, Literatura Inglesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia e Silvicultura Prática; as lições de Português, Francês, Italia-

no, Geografia, História Natural, Física e Química. Entre as Palestras Seriadas encontramos uma série dirigida às mães (Escola de Mães) e uma série sobre Atributos da Gente Brasileira. A programação incluía, além disto, um “Quarto de Hora Literário” e um “Quarto de Hora Infantil”. (HORTA, 1972)<sup>42</sup>

O plano Roquette Pinto, elaborado em 1926, mas colocado em prática somente em 1936, tem como preocupação básica tornar menos elitista a programação da Rádio Sociedade e fazer da educação via rádio uma proposta educativa “*verdadeiramente popular*”, conforme já mencionado acima. Carregado de idealismo, o plano esmiúça a orientação para transformar “*em cinco ou seis anos a mentalidade popular da minha terra*” (HORTA.1972)<sup>43</sup>. A respeito do plano Roquette Pinto, Silvério Horta faz algumas considerações:

Neste seu plano, Roquette Pinto, com admirável clarividência, já nos indica al-

gumas características que devem estar presentes, como condições fundamentais, em qualquer planejamento de radiodifusão educativa que queira produzir resultados satisfatórios. Assim, por exemplo: coordenação nacional, principalmente no que se refere aos recursos materiais; total descentralização, no que se refere à programação, respeitando-se as diferenças regionais e locais; apelo aos recursos humanos existentes nas comunidades e preocupação em reduzir ao mínimo os custos. (HORTA, 1972)<sup>44</sup>

Esse estudo de Roquette Pinto é precursor e estabelece as bases das experiências de rádio-educação até nossos dias, por se deter ainda nas relações entre educação e desenvolvimento; sobre a “participação consciente de todo o povo” e a potencialidade da comunicação oral que suplanta a comunicação escrita em um país de maioria analfabeta<sup>45</sup>.

##### 5. O rádio nas campanhas de educação

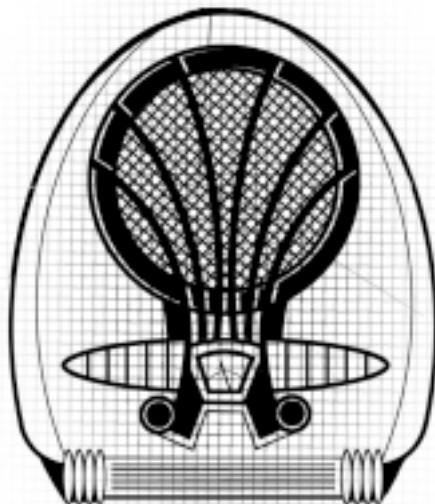
A partir de 1930, até os anos 1960, são muitos e variados os exemplos de iniciativas oficiais e particulares de educação popular que utilizam o rádio como veículo de ensino e integração nacional. Surgem, também nesse período, as instituições reguladoras do setor: a Confederação Brasileira de Radiodifusão, em 1933, que reuniu as principais emissoras existentes no país, seguida, em 1937, pelo Serviço de Radiodifusão Educativa. Em 1957, o Ministério da Educação cria o Sirena – Sistema Rádio-Educativo Nacional, que chegou a ter sob sua coordenação 65 Sistemas Rádio-Educativos Regionais, e o MEB – Movimento de Educação de Base, cuja parceria entre a Igreja Católica e a Presidência da República para disseminação no país das escolas radiofônicas foi oficializada em 1961.

O progresso das iniciativas de educação via rádio está respaldado nas políticas de educação adotadas ao longo desse período. O Ministério da Educação e Saúde já havia sido criado em 1933. Em 1940, criou-se o Fundo Nacional do Ensino Primário e o Convênio Nacional do Ensino Primário. Em 1947, o Departamento Nacional de Educação orga-

● ● ●

*Roquette Pinto é precursor e estabelece as bases das experiências de rádio-educação até nossos dias, por se deter ainda nas relações entre educação e desenvolvimento; sobre a “participação consciente de todo o povo” e a potencialidade da comunicação oral que suplanta a comunicação escrita em um país de maioria analfabeta.*

■



nizou o Serviço de Educação de Adultos e, no âmbito internacional, sob a orientação política mundial do pós-guerra, foi criada a Unesco, basicamente para o fomento de políticas de educação de jovens e adultos analfabetos, voltadas para o desenvolvimento dos países periféricos. No Brasil, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEEA, foi implantada a partir de 1948, já influenciada pelas diretrizes da Unesco e coordenada por seu idealizador, Lourenço Filho. Nos anos 1950, dentro dessa perspectiva do desenvolvimentismo nacionalista, etapa da história brasileira marcada pelo aumento da disputa política e ideológica, as “missões rurais” consolidaram a Campanha Nacional de Educação Rural (1952). A conjuntura política abre espaço para a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1957-1961) e já se começa a falar da função social do processo educativo. Em 1958, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, o educador Paulo Freire demarca sua participação dizendo que o problema brasileiro não era o analfabetismo em si, mas a pobreza (FÁVERO, 2006)<sup>46</sup>. A discussão é ampla e, de maneira geral, a educação endereçada à maioria da população começa a se modificar. Entre 1959 e 1964, considerado o momento profícuo da educação popular no Brasil, essa modalidade de educação ganha contornos fortemente políticos e passa a ser definida, segundo Brandão, como aquela que, “pela primeira vez, procurava pensar a educação às avessas e associá-la de fato a um tipo de prática descaradamente política, a que se acostumou chamar, de lá para cá, de ‘libertação popular’” (BRANDÃO, 1987)<sup>47</sup>.

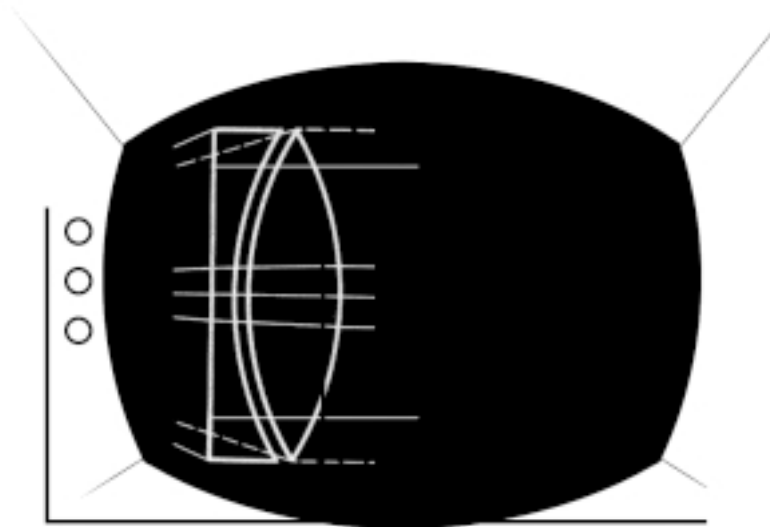
Fávero (2006) destaca que “entre 1945 e 1964, os vinte anos de regime democrático foram marcados por intensa criatividade em quase todas as dimensões da vida social”<sup>48</sup>. Dessa forma, a educação de adultos, vinculada a programas de desenvolvimento comunitário, a serviço da política oficial de dominância, se transforma, nesse período, na educação popular que faz a denúncia dos usos políticos da educação opressora e se começa a criar um espaço de prática política de conscientização

popular através da educação (PAIVA, 1986)<sup>49</sup>. Paulo Freire passa a ser um marco nesse processo educativo por ter “chamado a atenção para as causas sociais do analfabetismo e condicionado sua eliminação ao desenvolvimento da sociedade”<sup>50</sup>, além de ser atribuído a ele a sistematização de uma metodologia de ensino diferenciada, que já vinha sendo construída ao longo de 15 anos nas próprias práticas de “alfabetização de adultos, em áreas proletárias, subproletárias, urbanas e rurais” (FREIRE, 1963)<sup>51</sup>, tanto em Recife quanto em Angicos, no interior de Pernambuco.

A distinção entre conscientização e politização se coloca a partir da criação do método Paulo Freire, que em sua teorização, divulgada em palestras realizadas em todo o país, afirmou que a finalidade principal da alfabetização educação do povo era dar-lhe uma consciência social que, por sua vez, o condicionaria para uma opção política. Para Paulo Freire, a questão que se colocava era a de dar condição ao povo para que se transformasse de objeto em sujeito da ação social<sup>52</sup>. (LEITE, 1965)

A metodologia de Paulo Freire despertou o interesse de educadores, transformando-se, com a contribuição de pesquisadores da universidade de Recife e as formulações dos pensadores do Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (FÁVERO, 2006)<sup>53</sup>, no Sistema Paulo Freire, que, numa atitude dialógica, busca no conhecimento, no saber da população os caminhos para alfabetizar e conscientizar para a conquista da cidadania (GOES, 1980)<sup>54</sup>.

Os movimentos de educação popular desse período democrático tinham uma urgência de resultados como se houvesse consciência de que era preciso aproveitar o momento e fazer o máximo possível, porque poderia não haver outra oportunidade igual; além do que, não havia mais tempo a perder: as diferenças sociais eram gritantes, já naquela época (PAIVA, 1986)<sup>55</sup>. Especialmente entre 1960 e 1964, multiplicaram-se pelo país “os movimentos mais expressivos de educação e cultura popular”, muitos deles contando com a participação de jovens oriundos da Ação Católica, que atuavam “em alguns casos lado a lado com os marxistas”, operando “um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações



governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos ou de educação rural, da década de 1950” (FÁVERO, 2006)<sup>56</sup>.

As experiências de educação popular dos anos 1950/1960 repercutiram também sobre as práticas de radiodifusão educativa que têm nas escolas radiofônicas do MEB, de orientação católica, as iniciativas mais expressivas do período. Por conseguinte, é também no seio dessa iniciativa de educação que a experimentação do caráter educativo do rádio permite observar algumas mudanças conceituais e estruturais, com relação principalmente à eficiência do rádio como veículo de ensino. Ao contrário do que acontecia no início, em 1961, quando as escolas radiofônicas, de metodologia de ensino sistematizado e de recepção organizada, eram o centro da atividade do MEB, a partir de 1965 as escolas radiofônicas vão se constituindo, progressivamente, apenas como um instrumento de “*Animação Popular*”, conforme nos relata Silvério Horta, ao citar os Relatórios Anuais do MEB.

Enquanto o Relatório Anual de 1961 afirma que “no Brasil, país de grande extensão territorial, que tem desafiado outros meios de penetração rápida da educação, o rádio vem servindo como um instrumento extraordinário para a educação de base, tendo ultrapassado a base da experiência e atingido a da concretização de resultados positivos”, (...) o relatório de 1967 afirma que “as escolas radiofônicas são apenas um dos instrumentos de Animação Popular”, sendo que, “na atual experiência do MEB, os

trabalhos comunitários começam a surgir como outro instrumento de vital importância para a promoção do homem em comunidade”. E no relatório anual de 1968 nos é afirmado que “as escolas radiofônicas se constituem em um dos instrumentos de trabalho das equipes, em função da Animação Popular. (HORTA, 1972)<sup>57</sup>

A partir de 1964, sob o regime militar, as ações de educação e cultura popular sofrem baixas consideráveis e a educação, gradativamente, perde a adjetivação *popular* para voltar a ser *de jovens e adultos*, restringindo a mobilização educadora do MEB e extinguindo a maioria das campanhas educacionais de caráter político no país. E o rádio começa a perder espaço para a televisão, também no âmbito educacional, surgindo mais tarde as TVs educativas e os telecursos.

## 6. Iniciativas oficiais e particulares de radiodifusão educativa no Brasil – de 1930 a 1960

Para melhor visualização da contribuição do rádio para a história da educação popular no Brasil, é relevante que se faça um registro cronológico das iniciativas oficiais e de integração nacional, na área de educação, que usaram o rádio como instrumento de educação popular. Portanto, no quadro a seguir estão relacionadas as iniciativas de rádio-educação no Brasil, entre 1930 a 1960 (HORTA, 1972)<sup>58</sup>.



Iniciativa	Período	Implantação	Descrição	Principais resultados
Radiodifusão Brasileira	1931	Decreto 20.047, de 27 de maio de 1931.	Regulamenta o serviço de radiodifusão no Brasil.	O artigo 12; “O serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional”. O parágrafo 3º determina: “A radiodifusão caberá ao Ministério da Educação e Saúde e a sua fiscalização técnica competirá ao Ministério da Viação e Obras Públicas”.
Rádio -Escola Municipal do Distrito Federal (Rio de Janeiro)	1934	Reforma do Ensino do Distrito Federal. Decreto municipal n.º 2940, de 22/11/1928. Os artigos 633 e 636 deste decreto descrevem a determinação de se instalarem aparelhos de rádio nas escolas e de se criar uma estação de rádio-escola municipal.	A rádio -escola municipal só vai ao ar em caráter experimental em dezembro de 1933 e é inaugurada em janeiro de 1934, na gestão de Anísio Teixeira como Diretor Geral da Instrução Pública (1931 a 1935). Primeiro passo do poder público em reconhecer o rádio como fator edu cativo popular.	Inaugura uma nova fase na radiodifusão educativa no Brasil: a) a fase do contato direto emissora radiouvinte, que abriu caminho para a fase da recepção organizada; b) emprego de uma didática e uma metodologia compatível com o ensino através do rádio.  Em 1935, a emissora já tinha recebido 10.800 trabalhos de seus alunos; em 1941, ano áureo, foram 20.437 trabalhos recebidos.
Confederação Brasileira de Radiodifusão - CBR	1933	Fundada na Capital Federal, reuniu as principais emissoras então existentes no país: Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Rádio Educadora do Brasil, Rádio Club do Brasil, Rádio Philips, Rádio Mayrink Veiga, Rádio Guanabara, Rádio Record, de SP, Rádio Mineira, de BH, Rádio Club de Porto Alegre, Rádio Sociedade da Bahia, Rádio Club de Pernambuco, Rádio Club do Pará.	Roquete Pinto criou, no seio da CBR, a “Comissão Rádio -Educativa”, para promoção do rádio como meio de educação direta, que criou o programa “Quartos de Hora da Comissão Rádio -Educativa da CBR”, aulas de Ciências Naturais, Psicologia, Direito, Arte, Higiene, Educação, Geografia, História, Línguas pátria e estrangeiras, transmitidas diariamente das 18h45 às 19h pelas seis emissoras afiliadas do Rio de Janeiro.	Formação, pela primeira vez, de uma cadeia de emissoras para transmissão de um programa educativo.
Serviço de Radiodifusão Educativo - SRE	1937	O Ministério da Educação e Saúde recebe, de Roquette Pinto, a doação dos aparelhos e estatutos da Radio Sociedade do Rio de Janeiro. Surge a Rádio Ministério da Educação, possibilitando a criação, através da Lei n.º 378, de 13/01/1937, do SER. Só em 1943, o Regimento do SER é aprovado pelo Decreto n.º 11491 (já previsto pelo Decreto 20.047).	O SER, subordinado diretamente ao MES, tinha como finalidade “orientar a radiodifusão como meio auxiliar de educação e ensino, promover permanentemente, a irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo, e informar e esclarecer quanto à política de educação do país” - art.1º do regimento do SRE.	a) Obrigação de transmissão, por todas as emissoras do país, em cada dia, durante, no mínimo, 10 min, “seguidos ou parcelados, textos educativos, elaborados pelo MES, sendo pelo menos metade do tempo de irradiação noturna” (parágrafo único do artigo 1º); b) distinção entre rádio educativo e rádio instrutivoº; c) transmissão de cursos de Português, Inglês e Geografia; d) contato com os ouvintes, embora de forma inconstante e assistemática; e) cursos radiofônicos conjugados com cursos por correspondência; f) irradiação dos cursos radiofônicos produzidos pelo CBR.
Universidade do Ar da Rádio Nacional do Rio de Janeiro	1941	Iniciativa particular, criada pelo diretor da Rádio Nacional e gerida pela Divisão de Ensino Secundário da emissora, iniciou suas aulas no dia 19/04/1941.	Destina-se aos professores do ensino secundário, oferecendo-lhes orientação metodológicas para melhor o seu desempenho diante do alunado. Cursos gratuitos e abertos a todos os professores do país. Cursos: Português, História da Civilização, Ciências, Matemática, Geografia, História do Brasil, Francês, História Natural, Inglês, Latim, Estatística Educacional.	a) Envio esporádico de resumos mimeografado das aulas e outras orientações; b) 4.829 matrículas no primeiro ano; c) no ano seguinte, decréscimo das matrículas para 1.548. <sup>60</sup>

Iniciativa	Período	Implantação	Descrição	Principais resultados
Universidade do Ar - São Paulo	1947	Lançada em setembro de 1947, essa iniciativa particular foi um esforço conjunto do Sesc e do Senac de São Paulo.	Utilizar o rádio para uma grande campanha de educação popular em larga escala, tendo como meta possibilitar à classe comerciária uma melhor compreensão das suas atividades profissionais, atendendo, prioritariamente o interior do estado. O curso incluía o ensino de Português, Aritmética Comercial, Técnicas de Vendas, Noções de Economia, Política e Ciências Sociais. Rádio - emissora da capital em cadeia com 11 emissoras do interior; núcleos de recepção, reuniam os alunos para audiência das aulas e debatiam os assuntos apresentados; orientação e explicações complementares do professor-assistente, que recebia orientações didáticas e sugestões de exercícios a serem feitos pelos alunos; conteúdo das aulas enviados impressos pelo correio; avaliação: duas provas objetivas, realizadas nos núcleos de recepção.	Funcionou de 1947 a 1954. Organizou no país a recepção organizada no campo da radiodifusão educativa. No primeiro ano, 1.531 alunos matriculados nos rádio-postos, dos quais 839 compareceram às provas e 635 foram diplomados.
Plano de Benjamin do Lago <sup>61</sup>	1950	Apresentado pelo autor no Jornal do Comércio, em 14 de maio de 1950.	Embasado pela experiência da Universidade do Ar, de São Paulo, e enfatiza a didática conjugando em cada aula a irradiação, a explicação mais detalhada dada pelo professor assistente e o debate entre os alunos. Audição das aulas radiofônicas, de 30 a 45 minutos, seguidas da aula explicativa e debate orientados pelo professor assistente.	Articulação do rádio com o ambiente escolar. “Na sua estruturação, unem-se às vantagens pedagógicas da escola os elementos de vida, penetração e coordenação do rádio” <sup>62</sup> .
Plano de Frei Gil Bomfim	1955	Apresentado em um artigo publicado na Revista Eclesiástica Brasileira, de julho de 1955.	Estuda a viabilidade e conveniência da implantação de uma rede de emissoras católicas no Brasil, para a catequese e a educação popular. Procura conquistar a opinião e apoio da Igreja brasileira para implantar um projeto semelhante à bem sucedida iniciativa do Monsenhor Salcedo, da Bolívia <sup>63</sup> . Propõe a criação, por iniciativa da Igreja, de uma emissora central e de um circuito de emissoras regionais. A emissora central elaboraria os programas a serem distribuídos em fitas para as emissoras regionais.	Demonstração do baixo custo da utilização do rádio na catequese e educação popular; disseminação do uso do “radinho” de pilha para os trabalhadores acompanharem as aulas; entrada da Igreja no campo da radiodifusão – nova fase da rádio- educação no Brasil.
Sistema Radio - Educativo Nacional - Sirena -	1958	Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação propõe ao ministro da Educação a criação do Sirena. Baseado no plano do professor João Ribas da Costa <sup>64</sup> , publicado sob o título: “Educação fundamental pelo rádio: alfabetização de adultos e cultura popular por meio de sistemas radiofônicos com recepção organizada”, que sintetiza o objetivo e a metodologia defendidos por ele.	Atividades: planificação, elaboração, gravação e distribuição de cursos básicos a serem irradiados; fomento à criação de sistemas rádio educativos regionais, oficiais ou particulares; orientação e assistência na implantação e no funcionamento.	De 1958 a 1961 a) 65 Sistemas rádio - educativos regionais em estreita relação com o Sirena; b) 1.511 programas elaborados e gravados e 8.843 discos LP de 12 polegadas.

Iniciativa	Período	Implantação	Descrição	Principais resultados
Escolas Radiofônicas do Movimento de Educação de Base - MEB	1961	Decreto presidencial n.º 50.370, dispondo sobre um programa de educação de base através de escolas radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sob a execução da CNBB. O MEB nasce para coordenar os projetos das escolas radiofônicas existentes: Arquidioceses de Natal (desde 1957); de Sergipe (decreto n.º 46.377/59) e de Alagoas (decreto n.º 46.378/59)	Atividades estruturadas em níveis nacional, estadual e local. Preocupações essenciais: eficiência, descentralização e unidade. Unidade básica: Sistema Rádio-Educativo, o conjunto formado por equipe treinada e equipada para implantação e supervisão de escolas radiofônicas; para a produção e emissão de programas rádio-educativos, e composto por uma rede de escolas radiofônicas, cada uma equipada com receptor cativo, onde os alunos se reúnem para as aulas e os trabalhos de curso, coordenados por um monitor.	De 1961 a 1969: a) Em 1968 – 1.487 escolas radiofônicas, com 25.731 alunos; b) em 1969 – 1.238 escolas, com 18.039 alunos.
Sector de Rádio e Televisão Educativa da diretoria do Ensino Secundário - Serte	1965	Criado dentro da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura. Com a criação da Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa, em 1967, o Serte, limitou sua atuação ao rádio.	Visava, através do rádio e da TV, ampliar a faixa de atendimento escolar tardio do nível médio – Exame de Madureza (artigo 99 da Lei de Diretrizes e Bases). Cursos eram acompanhados por alunos de diferentes profissões e condições sociais; professores primários leigos ou titulados, principalmente do interior do país e alunos do ensino médio regular, para complementar os estudos.	De 1965 a 1968: a) Foram produzidas 6.115 aulas radiofônicas; b) para 145.489 alunos inscritos.  Extinto em 1968, o Serte foi transformado em Irdeb – Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (1969) e no Rio Grande do Sul, na Fundação Educacional Padre Landell de Moura – Feplam (1967)

## CONCLUSÃO

O rádio, “como em geral acontece com os meios de comunicação de massa”, surge nos primórdios da radiodifusão no Brasil “como uma das soluções ideais para oferecer educação em grande escala, resolvendo assim o problema da falta de escolarização da maioria da população” (HORTA, 1973, p. 455)<sup>65</sup>. Insurgindo como o “primeiro meio de comunicação verdadeiramente de massa” (PATRÍCIO, 2006)<sup>66</sup>, o rádio inaugura a interdisciplinaridade entre educação e a comunicação, forjando o que hoje costuma-se reconhecer como mídia-educação.

Nesse sentido, diante da urgência em promover a transformação do país, fomentada pelos ideais de progresso da nação, vislumbrando para tanto democratizar a educação, alfabetizar a maioria da população e, ao mesmo tempo, propiciar-lhe a formação para o trabalho industrial e urbano, o rádio surge como a solução tecnológica em potencial “frente às necessidades básicas da população em termos de instrução, capacitação, formação e socialização” (FONTECILLA, 1983)<sup>67</sup>.

Porém, apesar da multiplicação de iniciativas de rádio-educação para atender as urgentes demandas na área de ensino aprendizagem, “os resultados obtidos através do uso do rádio como instrumento de educação ficaram aquém das esperanças nele colocadas” (HORTA, 1972)<sup>68</sup>. Segundo os estudos da época, os motivos para tal decepção, em linhas gerais, estavam ligados à premência de melhor definição para alguns aspectos, dos quais apontamos dois como principais:

a) A quantidade *versus* a qualidade das propostas de educação radiofônica. Eram muitos, como foi visto, os projetos educativos via rádio, sem que houvesse entre eles uma interação ou uma diretriz que os norteasse. Embora tais iniciativas estivessem respaldadas pelas políticas e pelos órgãos públicos da área de educação, naquele momento faltava ao decantado imediatismo de resultados que poderiam ser alcançados através da educação via rádio, diretrizes próprias, inerentes à rádio-educação. Assim, multiplicaram-se também os cursos de curta duração via rádio, com promessa de um diplo-

ma ao fim do curso, fazendo do rádio, para além de suas atribuições educacionais, “um meio de diplomação em massa” (HORTA, 1973)<sup>69</sup>, deixando apreensivos os educadores quanto à verdadeira natureza dos diplomas: “comprovação de que seu portador atingiu determinado ‘nível educacional’”<sup>70</sup>. Outra preocupação com a qualidade da educação via rádio estava relacionada à recepção dos cursos. De acordo com os estudiosos da área, para alcançar bons resultados, no que dizia respeito ao ensino e aprendizagem formais, a recepção deveria ser organizada, a partir de centros devidamente aparelhados para a orientação dos alunos ouvintes. Apenas assim a qualidade dos cursos poderia ser garantida, não havendo maiores preocupações com a quantidade.

b) Melhor conhecimento do rádio como meio de comunicação. O que significa reconhecer a existência de uma linguagem radiofônica diferenciada, com códigos e símbolos próprios. Afinal, tratava-se da utilização de um meio de comunicação como instrumento

adaptado às metodologias de ensino, buscando resultados identificados com as técnicas pedagógicas empregadas nas salas de aula. Mas na verdade, segundo Silvério Horta (1973), a educação atravessava “um período de supervalorização de meio e métodos, que ameaça deixar para segundo plano, problemas fundamentais relacionados com os objetivos, o conteúdo e o sujeito do processo”<sup>71</sup>. Além do que, já naquele período, os educadores reconheciam que havia um problema “colocado à educação”, nos dizeres de Horta (1973), “pela rápida expansão dos meios de comunicação de massa e sua crescente utilização no processo educativo”<sup>72</sup>. A idéia que Horta tentava colocar em pauta era que a “chamada tecnologia da educação”, além de suas vantagens, também trazia um desafio para os educadores: “não permitir que, em educação, os meios se transformassem em fins; não permitir que, em educação, seja válida a afirmação de que o ‘meio é a mensagem’”<sup>73</sup>. Aparece, então, o conflito que vai subsidiar os estudos da funcionalidade do rádio – e da comunicação – como veículo de ensino: o rádio (a comunicação) é um meio ou um fim?

Por conseguinte, é inegável a contribuição das experiências de radiodifusão educativa desse período para os estudos e a sistematização dos processos de mídia-educação. Nas pesquisas sobre comunicação, desde a década de 1960, considerando mesmo toda a América Latina, embora seja importante identificar como características básicas desses estudos a “diversidade de abordagens”, o “hibridismo teórico” e a “superposição metodológica” (MELO, 2006)<sup>74</sup>, muito se tem falado sobre os efeitos dos meios de comu-

● ● ●

*“chamada tecnologia da educação”, além de suas vantagens, também trazia um desafio para os educadores: “não permitir que, em educação, os meios se transformassem em fins; não permitir que, em educação, seja válida a afirmação de que o ‘meio é a mensagem’”*

● ● ●

nicação de massa. Uma das preocupações desses estudos está no objetivo de formar o público usuário para uma recepção mais crítica e consciente das mensagens dos meios massivos<sup>75</sup>. A perspectiva, a partir da qual esses estudos se colocam, é aquela que acredita na educação e na comunicação como instrumentos de

emancipação dos indivíduos e das classes, e não apenas como meros reflexos das estruturas de dominação e reprodução das desigualdades sociais. É decorrência dessa perspectiva, de uma ciência voltada para a mudança, acreditar nos meios de comunicação, em apoio à escola, locus privilegiado de emancipação do indivíduo, como veículo de formação para a cidadania e como meio de compensar as desigualdades sociais. De vocação democrática por atingir o maior número de pessoas, principalmente das classes subalternas, ser de baixo custo e alcançar os analfabetos, o rádio, dos meios massivos, aparece, ainda hoje, como o mais adequado à promoção da educação popular.

#### NOTAS:

- 1 ACANDA, Jorge Luiz. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj. p. 98.
- 2 CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 29.
- 3 Em Cuba, por exemplo, o termo *educação popular* deixou de ser usado depois que toda a população passou a ter acesso a dez anos de escolarização gratuita PAIVA, Vanilda (Org.). **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 18.
- 4 BRANDÃO, C. R. (Org.). **A questão política da educação popular**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987. p. 13-14.
- 5 **Id. ibid.**, p. 10.
- 6 BRANDÃO, C. R. Solettar a letra P: povo, popular, partido, política. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni, (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p. 105-145.



- <sup>7</sup> WANDERLEY, Luiz E. Educação popular e processo de democratização. In: BRAN-DÃO, Carlos R. (Org.) **A questão política da educação popular**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987. p. 63.
- <sup>8</sup> PAIVA, Vanilda, (Org.). **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- <sup>9</sup> **Id. ibid.**, p. 83.
- <sup>10</sup> HORTA, José Silvério B. **História do rádio educativo no Brasil - 1922-1970**. Rio de Janeiro: PUC, 1972. Cadernos da PUC, 10. p. 78.
- <sup>11</sup> **Id. ibid.**, p. 78.
- <sup>12</sup> **Id. ibid.**, p. 78.
- <sup>13</sup> **Id. ibid.**, p. 79.
- <sup>14</sup> **Id. ibid.**, p. 83.
- <sup>15</sup> **Id. ibid.**, p. 83.
- <sup>16</sup> **Id. ibid.**
- <sup>17</sup> **Id. ibid.**, p. 83.
- <sup>18</sup> IPEA. **O rádio educativo no Brasil: um estudo**. Brasília: Iplan, 1976. Série Documento, 3. Trabalho elaborado pela equipe do Centro Nacional de Recursos Humanos do Instituto de Planejamento Econômico e Social. p. 11.
- <sup>19</sup> O modelo verbal de comunicação de Gerbner define os canais de comunicação em auditivo e visual, e seus componentes verbal – palavra falada e impressa e não-verbal – som, música e canal pictórico.
- <sup>20</sup> IPEA (1976) **op. cit.**
- <sup>21</sup> ESPINHEIRA, Ariosto. **Rádio e educação**. Ed. Melhoramentos, 1934. **Apud.** HORTA, José Silvério B. (1972) **op. cit.**, p. 75.
- <sup>22</sup> HORTA, José Silvério B. (1972) **op. cit.**
- <sup>23</sup> Henri Dieuzeide, pesquisador dos usos das tecnologias na educação, escreveu **As técnicas audiovisuais no ensino**, 2.ed. [s : l.]: Publicações Europa-América, 1973), em que descreve quatro tipos de programas radiofônicos de cunho pedagógico. Resumidamente: 1) de ação complementar e subordinada – audição numa sala de aula em funcionamento na escola, sendo o rádio um reforço e é o professor quem decide se quer ou não usá-lo; 2) destinado a diminuir as deficiências do ensino escolar, substituindo professores não qualificados, assumem o formato do ensino tradicional; 3) ação de extensão, pós-escolar ou extra-escolar, fluindo, com fim pedagógicos, diretamente sobre o indivíduo, isolado ou na coletividade; 4) ação pedagógica sobre uma coletividade não submetida a nenhum sistema de ensino. Ação “pedagógica sobre a massa”, que sem o rádio seria impossível.
- <sup>24</sup> DIEUZEIDE, Henri. (1973) **op. cit.**, p. 75.
- <sup>25</sup> Alfredina de Paiva e Souza, apresenta os “elementos básicos que devem ser considerados em uma programação radioeducativa” (SOUZA, Alfredina de Paiva. *Pedagogia e Produção dos Programas da RTV Educativa. Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, Rio de Janeiro, PUC, n. 19, fev., 1969. p. 26-32. **Apud.** HORTA, José Silvério B. (1972) **op. cit.**, p. 76.
- <sup>26</sup> **Id. ibid.**
- <sup>27</sup> **Id. ibid.**
- <sup>28</sup> **Id. ibid.**
- <sup>29</sup> **Id. ibid.**, p. 77.
- <sup>30</sup> **Id. ibid.**
- <sup>31</sup> **Id. ibid.**
- <sup>32</sup> **Id. ibid.**
- <sup>33</sup> FONTECILLA, Maria Eugênia. **Rádio educativo, um guia para programadores**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, 1983. Estudos e Pesquisas, 26. p.11.
- <sup>34</sup> CARVALHO, J. M. (2002) **op. cit.**, p. 90.
- <sup>35</sup> **Id. ibid.**, p. 92.
- <sup>36</sup> **Id. ibid.**
- <sup>37</sup> BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular, um estudo sobre a educação de adultos**. Brasília: Ed. Liber Livro, 2004. p. 79.
- <sup>38</sup> **Id. ibid.**, p. 80.
- <sup>39</sup> CARVALHO, J. M. (2002) **op. cit.**, p.17-83.
- <sup>40</sup> HORTA, José Silvério B. (1972) **op. cit.**, p.84-85.
- <sup>41</sup> CORREA, Juliana. Cenário atual da EAD. In: SENAC. DN. **Curso de especialização em EAD**: e-book. Rio de Janeiro, 2006.
- <sup>42</sup> HORTA, José Silvério B. (1972) **op. cit.**, p. 84.
- <sup>43</sup> **Id. ibid.**, p. 85.
- <sup>44</sup> **Id. ibid.**, p. 86.
- <sup>45</sup> **Id. ibid.**, p. 87.
- <sup>46</sup> **Apud.** FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da educação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas (SP): Ed. Associados, 2006. Educação Contemporânea. p. 49.
- <sup>47</sup> BRANDÃO, C. R. (Org.). **op. cit.**, Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987. p. 10.
- <sup>48</sup> FÁVERO, Osmar (2006) **op. cit.**, Prefácio, p. 9.
- <sup>49</sup> PAIVA, Vanilda, (Org.). (1986) **op. cit.**, p. 29.
- <sup>50</sup> FAVERO, Osmar. **Apud.** PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. 1973. p. 49.
- <sup>51</sup> FÁVERO, Osmar (Org.) **Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. **Apud.** FREIRE, Paulo. **Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. Estudos Universitários – Revista de Cultura da Universidade de Recife**, n. 4, abr./jun., p.5-22, 1963.
- <sup>52</sup> LEITE, Sebastião Uchoa. **Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica**. Revista da Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 269-89, set., 1965. **Apud.** FÁVERO, Osmar (Org.) **Cultura Popular, educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 269-289.
- <sup>53</sup> FÁVERO, Osmar (2006) **op. cit.**, p. 49-50.
- <sup>54</sup> GOES, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964, uma escola democrática)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. **Educação e Transformação**, v. 3. p. 151.
- <sup>55</sup> PAIVA, Vanilda, (Org.). (1986) **op. cit.**
- <sup>56</sup> FÁVERO, Osmar (2006) **op. cit.**, p. 50-51.
- <sup>57</sup> **Id. ibid.**, p. 50-51.
- <sup>58</sup> HORTA, José Silvério B. (1972) **op. cit.**, p. 88-116.
- <sup>59</sup> Distinção feita pelo primeiro diretor do SER, Fernando Tude de Souza, que afirma: “Rádio educativo pode ser todo rádio brasileiro, sem necessidade de ser um rádio meramente instrutivo ou de ensino. Tudo que se faz no rádio pode ter um sentido educativo sem apelar para a forma sistematizada de ensinar. E, sobretudo, tudo o que se faz nas estações de rádio brasileira tem que deixar de ser deseducativo”. HORTA (1972), **op. cit.**, p. 93.
- <sup>60</sup> Segundo Álvaro Salgado, citado por Silvério Horta (HORTA, José Silvério B. (1972) **op. cit.**, p. 96), a causa, tanto da diminuição das matrículas quanto do pouco aproveitamento, foi a inadaptação do corpo docente à didática especial de uma aula dada pelo rádio.
- <sup>61</sup> Benjamin do lago escreveu **Radiodifusão e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Livraria Cultural da Guanabara, 1969, citado por HORTA, José Silvério B. (1972) **op. cit.**, p. 99.
- <sup>62</sup> Texto do plano de Benjamin do Lago, In: HORTA, José Silvério B. (1972) **op. cit.**, p. 100.
- <sup>63</sup> O Frei Gil toma como referência para



apresentação de seu plano as escolas radiofônicas da ACPO, iniciativa do Monseñor Salcedo, já vitoriosa na Colômbia. A ACPO contava, em 1955, com 7.512 escolas radiofônicas espalhadas em 533 paróquias. Em sete anos de atividades, a ACPO cresceu 2.400% e obteve apoio governamental e da Unesco.

<sup>64</sup> João Ribas da Costa, professor primário e inspetor escolar na zona rural do Espírito Santo, chegou a ser gerente de relações públicas da Philips do Brasil, antes de ser convidado pelo Ministro da Educação (1957), para organizar um sistema rádio-educativo nacional. Seu plano, elaborado com base nos resultados, negativos e positivos, das experiências de rádio-educação da época, detalhava as atividades das escolas radiofônicas, os pontos de recepção organizada, quanto ao perfil dos profissionais; à técnica de comunicação a ser utilizada; ao formato dos programas; à linguagem; à avaliação; à assistência radiotécnica e pedagógica constante; aos custos; à coordenação centralizada; à distribuição dos programas em discos LP de 12 polegadas.

<sup>65</sup> HORTA, José Silvério B. Rádio e educação no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.59, n. 131, p. 454-468, jul./set., 1973. p. 455.

<sup>66</sup> PATRÍCIO, Edgard. A dimensão da comunicação educativa no contexto do semi-árido: a experiência do cata-vento comunicação e educação. In: MELO, José Marques de; FERRARI, Maria Aparecida; GOBBI, Maria Cristina (Orgs.) *Educomídia, avanço da cidadania: o legado de Mario Kaplún*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. p. 218.

<sup>67</sup> FONTECILLA, Maria Eugênia. (1983) *op. cit.*, p. 7.

<sup>68</sup> HORTA, José Silvério B. (1972) *op. cit.*, p. 117.

<sup>69</sup> *Id.* (1973) *op. cit.*, p. 467.

<sup>70</sup> *Id. ibid.*

<sup>71</sup> *Id. ibid.*, p. 457.

<sup>72</sup> *Id. ibid.*, p. 467.

<sup>73</sup> *Id. ibid.*

<sup>74</sup> MELO, José Marques de; FERRARI, Maria Aparecida; GOBBI, Maria Cristina (Orgs.) (2006) *op. cit.*

<sup>75</sup> Ideário dos estudos da UCBC na América Latina na área de comunicação, educação e participação social no LCC – Programa de Leitura Crítica da Comunicação (site: www.ucbc.org.br); e de Mario Kaplún na formulação sobre Educomunicação, somatório dos conteúdos teórico-metodológicos das áreas de educação e comunicação.

#### ABSTRACT

*Valéria Márcia Mendonça. Popular education: experiences in radio education in Brazil, from 1922 to 1960.*

*Taking popular education as a basis, especially the one meant to be an alternative to school, this article intends to present experiences of educational radio broadcasting, stressing the importance of this means of communications in the history of Brazilian education, from 1922 to late 1960. This covers a period from the early days of radio broadcasting in Brazil to the moment when radio educational programs started to lose ground to another means of communications: educational television. The purpose of this approach was to underline official and private interest in using radio broadcasting as a means to facilitate dissemination of teaching and learning aimed at taking education to the majority of the Brazilian population.*

**Keywords:** Education; History; Popular education; Radio education; Media-education; Educational radio; Distance education; Radio production.

#### RESUMEN

*Valéria Márcia Mendonça. Educación popular: experiencia de educación por radio en el Brasil, de 1922 a 1960.*

*Al tomar como base la educación popular y en especial, la que constituye una alternativa de la escuela, se pretende, con este trabajo, presentar experiencias de radiodifusión educativa, tratando de resaltar la importancia de ese medio de comunicación en la historia de la educación brasileña, durante el período comprendido entre 1922 el final de los años 1960, respectivamente los comienzos de la radiodifusión brasileña y el momento en que los programas de educación a través de la radio empiezan a perder espacios que son captados por otro medio de comunicación: la televisión educativa. La intención, al hacer esa mención es destacar el interés de las iniciativas oficiales y también privadas, en recurrir a la radiodifusión como un medio que permite difundir la enseñanza y el aprendizaje, con el propósito de permitir que la educación llegue a la mayoría de la población brasileña.*

**Palabras clave:** Educación; Historia; Educación popular; Educación radiofónica; Medios-educación; Radio educativa; Educación a distancia; Producción radiofónica.